

ROGÉRIO DE CASTRO. “ENTREVISTA: EDUCAÇÃO, SINDICALISMO E ANARQUISMO”

Instituto de Teoria e História Anarquista

Nesta entrevista, o Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) ouviu o professor e pesquisador Rogério de Castro, investigador da educação e sua relação com as práticas políticas libertárias. Rogério de Castro é professor do Colégio Pedro II e contribuiu com o Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE), entidade sindical localizada no Rio de Janeiro. Nesta entrevista, interrogamos acerca das práticas políticas sindicais e suas relações com as propostas libertárias e anarquistas do campo da educação. Rogério de Castro também é autor do livro “Nem Prêmio, Nem Castigo! Educação, Anarquismo e Sindicalismo em São Paulo (1909-1919)”, publicado pela editora Prismas. O link para sua tese de doutorado encontra-se ao fim do artigo.

Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA): Pode nos falar um pouco da sua trajetória pessoal e de pesquisa?

Desde a infância guardo uma admiração pelas tradições indígenas. Não por acaso, minha pesquisa de mestrado abordou as formas de percepção do espaço sócio-natural do recôncavo da Guanabara. Acredito que as leituras sobre a cultura tupinambá tenham determinado meu contato

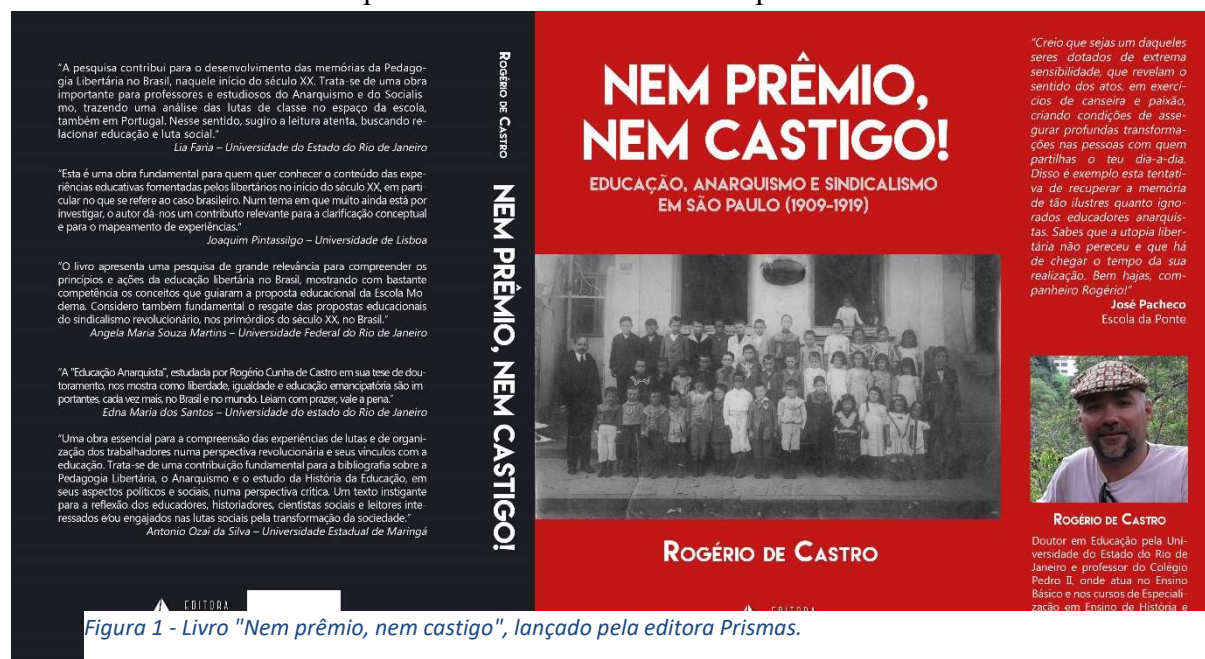


Figura 1 - Livro "Nem prêmio, nem castigo", lançado pela editora Prismas.

com o pensamento anarquista. Um misto de surpresa e arrebatamento ante uma proposta absolutamente nova e, ao mesmo tempo, incrivelmente familiar.

A passagem da intuição para a ciência do próprio mal-estar, essa arqueologia dos sentimentos que o envolvimento com a ideologia proporciona, desaguou-me na certeza de que podemos estabelecer outras formas de sociabilidade, produção e consumo. Em outras palavras, descobrir as realizações anárquicas permitiu compreender que “o ser humano não foi feito para produzir, foi feito para criar”.

Evidentemente essa “travessia” também desvelou limitações, esquizofrenias e inseguranças. Afinal, “vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.” Bem diga João Guimarães Rosa.

ITHA: O que lhe motivou a pesquisar este tema?

Não é possível reconhecer o anarquismo como patrimônio da classe trabalhadora sem conhecer sua trajetória. Portanto, como trabalhador da educação, logo fiquei curioso em relação às experiências anarquistas no campo da instrução popular.

Na proporção em que os estudos avançavam, identifiquei muitos preconceitos adquiridos nos tempos da graduação. Também comecei a perceber a ausência da Pedagogia Racionalista nas faculdades de licenciatura. Nesse ínterim, deu-se o início da colaboração com o Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE), vivência que permitiu refletir melhor acerca do contexto em que o anarquismo ganhou suas principais feições.

Em meu entendimento, um livro que apresentasse as realizações educacionais anarquistas, tanto por reunir quanto por articular experiências, favoreceria a compreensão da Pedagogia Racionalista entre os estudantes de Educação. Dessa maneira, ainda que tenha começado de forma despretensiosa, acredito que o meu trabalho consegue oferecer um ponto de partida aos interessados nessa “aventura de sensibilidade”: a comunicação com os educadores libertários.

ITHA: No seu livro você investigou um tema muito importante para o anarquismo brasileiro e também internacional, que é o tema da educação. Como esse tema se relaciona com a estratégia sindical anarquista?

Existe uma íntima relação entre a estratégia sindical e os esforços envidados em benefício da instrução popular. Desde simples menções sobre o significado da educação, feitas

em palestras de propaganda, até a assunção das responsabilidades diretivas nas Escolas Modernas, todos os trabalhadores que militaram no campo da anarquia promoveram as iniciativas pedagógicas.

Uma vez que não creem na emancipação econômica como fator suficiente para o desenlace do processo revolucionário, instruir-se passa a representar, na lógica anarquista, um aspecto essencial para o exercício da ação direta. Ao mesmo tempo, o envolvimento com as questões educacionais permitiu oxigenar os sindicatos, deslocando os trabalhadores para lutas que ultrapassam questões imediatas. Conforme muitas pesquisas demonstram, a consulta aos jornais operários permite entrever, por exemplo, inúmeras realizações com o fito de angariar fundos para o funcionamento da Universidade Popular. Também precisamos considerar que esses mesmos jornais desempenharam um papel significativo na auto-instrução da classe.

Além disso, a preocupação com o futuro dos trabalhadores envolveu, necessariamente, os trabalhadores do futuro. Amparadas pelos sindicatos, as Escolas Modernas inseriam as crianças na luta social sem desconsiderar sua condição. Assim, a sentença “de cada um conforme seus meios” norteou a estratégia sindical, consoante a premissa de que a auto-instituição da classe deve ser obra dos próprios trabalhadores. Não por acaso, o jornalzinho preparado pelas crianças se chamou “O Início”. Nome sugestivo, não? O início de que? Da militância no campo político e social? Da autogestão da vontade? Eis algumas indagações que a Escola Moderna parece ter proporcionado aos meninos e meninas que editavam o jornal.

ITHA: A figura de Ferrer y Guardia é bastante presente nos jornais operários e anarquistas do início do século, qual é a exata dimensão de sua influência no tema da educação?

Zélia Gattai recorda, em “Anarquistas, graças a Deus”, que seus pais mantinham um quadro de Francisco Ferrer y Guardia na sala de visitas. Nas Escolas Modernas de São Paulo a fotografia do educador catalão adornava as salas de aula. Também na imprensa operária não faltam publicações sobre a obra de Ferrer. Ademais, as arbitrariedades que envolveram sua condenação terminaram por promover a Pedagogia Racionalista. Aqui no Brasil, por exemplo, as mobilizações contra o processo judicial que pôs termo à vida de Ferrer resultaram na formação dos Comitês Pró-Escola Moderna.

A Escola de Barcelona era conhecida nos meios operários, sobretudo entre os trabalhadores que atuavam no campo da Educação. As estratégias pedagógicas desenvolvidas na Catalunha, tais como a coeducação de sexos, aulas passeio e participação coletiva nas

deliberações escolares, para sublinhar alguns exemplos, remontam aos debates pedagógicos da Internacional dos Trabalhadores e inserem a Escola Moderna no processo de auto-instituição da classe.

Porém, como “o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas”, indago pelas razões que mantêm a Pedagogia Racionalista esquecida nas faculdades de Educação. Arrisquemos, oportunamente, algumas respostas...

ITHA: Quais seriam as principais diferenças entre a proposta educativa anarquista e do sindicalismo revolucionário com a educação formal?

Em primeiro lugar, devemos observar que a Pedagogia Racionalista reivindicada pelos anarquistas remete aos debates da Primeira Internacional e ao nome do professor Paul Robin, principal responsável pelo estudo pedagógico apreciado no Congresso de Bruxelas. Sua perspectiva de que a instrução da classe deve ser obra dos próprios trabalhadores, nos moldes propostos por Pierre-Joseph Proudhon, reaparece nas escolas parisienses ao tempo da Comuna, nas realizações do Orfanato Prevóst, em “La Ruche” e nas “Bolsas do Trabalho”.

Portanto, os fundamentos que orientam as Escolas Modernas atravessaram experiências anteriores, inscrevendo-se numa trajetória cujos protagonistas foram os próprios trabalhadores. Para os adeptos da Pedagogia Racionalista, as crianças pertencem exclusivamente a si, razão pela qual precisam aprender, coletivamente, como fazer para equilibrar nossas aspirações pessoais com as necessidades da Comuna.

Por outro lado, reconhecer o par antinômico “indivíduo e sociedade” requer assimilar que “a liberdade do outro eleva a minha ao infinito”._Nesse sentido, podemos dizer que a Pedagogia Racionalista rejeitou os padrões estabelecidos, substituindo-os por relações fundamentadas na ação direta e no mutualismo. Além disso, a proximidade com os sindicatos tanto promoveu a auto-instituição quanto ofereceu contornos específicos aos propósitos pedagógicos da Escola Moderna. Essa valorização do aspecto comunitário evidencia a preocupação dos professores racionalistas em fazer da comunicação um dever de ofício. Ofício de estabelecer comunicações, não de “fazer comunicados”, conforme assevera Paulo Freire.

Em resumo, os anarquistas que atuaram nas Escolas Modernas, sobretudo aqueles cuja orientação política esteve vinculada ao sindicalismo revolucionário, tentaram estabelecer relações ancoradas nos princípios da anarquia. Não pretendiam regenerar a sociedade burguesa, mas envolver as escolas no processo de revolução social a partir da ação direta, do mutualismo e do federalismo libertário. Essa educação difere muito dos modelos tradicionais,

principalmente por assumir como premissa os conceitos de “Demopedia” e “Instrução Integral”.

ITHA: Uma reflexão que está contida no seu livro é a da relação de um projeto educativo com o da transformação radical da sociedade por meio de entidades organizadas da classe trabalhadora. Você avalia que isso se perdeu no atual sindicalismo brasileiro?

As ocupações estudantis revigoraram, ainda que por pouco tempo, nossas comunidades escolares. Entretanto, não conseguimos atender devidamente ao chamado dos jovens. Ao fim e ao cabo, terminamos nós, trabalhadores da educação, divididos entre os que apoiavam ou questionavam as ocupações. Por isso, em primeiro lugar, precisamos refletir sobre a gênese dos movimentos sociais e da nossa própria capacidade organizativa.

Muito provavelmente, uma participação mais efetiva nos processos decisórios teria dissipado o espírito insurgente dos estudantes. Em relação a isso, basta dizer que as normas aprovadas pelas assembleias foram respeitadas por aqueles que, no mais das vezes, são acusados de ignorar o código discente. Além disso, devemos considerar que nossa tarefa consistia em mapear as realizações pedagógicas das ocupações. Talvez assim conseguíssemos garantir que permanecessem enquanto práticas incorporadas aos currículos. Por outro lado, também poderíamos ter dedicado maior atenção ao que não funcionou devidamente. Dessa forma, ao contrário daquilo que foi propositivo, evitaríamos a reincidência dos equívocos.

Conforme sabemos, nenhum movimento social é perfeito, sobretudo uma ação direta protagonizada por jovens que, embora cheios de ímpeto, não possuem ainda grande experiência. Contudo, malgrado suas limitações, foram os estudantes que levaram para o “chão” da escola o debate sobre a função social da educação, demonstrando que nenhuma alternativa pode prosperar fora da perspectiva comunitária. Apesar de nunca terem lido os pedagogos libertários, suas comissões de limpeza, comunicação, pedagogia, segurança e alimentação recuperaram o conceito proudhoniano de “Demopedia”. Por sua vez, essa noção de que a autoridade advém do trabalho tanto ensejou a auto-instituição quanto ofereceu uma oportunidade para que o conjunto da comunidade escolar superasse nossa letargia.

O que quero dizer é que os estudantes demonstraram aptidão para resolver suas demandas, capacidade que parece adormecida entre a maioria de nós, trabalhadores da educação, na medida em alimentamos a expectativa de que alguma autoridade exterior ao coletivo possa assumir nosso protagonismo. Essa não é uma questão exclusiva das comunidades escolares, trata-se de uma maneira de ser, pensar e agir que penetra no espaço da escola.

Uma vez que nenhum modelo educacional prescinde da ideologia em que surgiu, não podemos perder de vista que fomos educados para agir individualmente. Talvez por isso, muitos colegas entendam nossos organismos de classe como um “serviço” contratado. Basta uma conversa na “sala dos professores”, que deveria ser a sala do conjunto dos trabalhadores em educação, para observar que não prevalece a percepção de que os sindicatos precisam tanto das nossas contribuições financeiras quanto do nosso trabalho.

Como se isso não bastasse, a origem das entidades em que atuamos remete à supressão da autonomia sindical dos primeiros anos do século XX. Paradoxalmente, as forças que atuam para tornar precárias as relações de trabalho, circunstância que contribui para a desorganização do atual modelo de sindicatos, são exatamente as mesmas que fomentam o ambiente propício para formas alternativas de organização. Nesse caso, podemos considerar como exemplo algumas iniciativas de trabalhadores que prestam serviços de entrega para operadoras de aplicativo.

Devemos levar em conta, ainda, a desconfiança que muitos trabalhadores alimentam pelos sindicatos tradicionais, principalmente por perceberem que costumam funcionar como correia de transmissão dos partidos políticos. Diante do exposto, considero difícil que tenhamos um salto qualitativo no cenário atual. Não faz muito tempo, um importante sindicato da Educação confeccionou camisas amarelas para uma marcha em Brasília. Penso que esse exemplo dispensa maiores explicações, não?

Como se vê, o abandono do esforço organizativo através de iniciativas no campo cultural, sobretudo em favor da política partidária, não trouxe avanços efetivos para os interessados na revolução social. Por isso, conhecer as experiências daqueles que nos antecederam, reinserindo-nos numa trajetória de lutas, auxiliará nosso reencontro com “veredas” praticamente esquecidas. Na qualidade de pesquisadores, podemos atuar como minorias ativas, auxiliando o conjunto da classe em seu esforço de auto-instituição. Oxalá isso permita que nossos sindicatos esqueçam as camisas amarelas e voltem a conceber suas próprias escolas.

ITHA: Por fim, deixamos o espaço livre para uma mensagem final ou alguma consideração que você queria fazer sobre seu trabalho ou qualquer outro tema que seja pertinente. Mais uma vez agradecemos a gentileza em nos conceder essa entrevista.

Faz quase dez anos, compareci ao auditório de um conhecido sindicato para prestigiar o lançamento de um pequeno livreto, lavra modesta diante daquilo que seu autor, naquela altura

ainda jovem e recém-saído da Universidade, costuma oferecer nos dias de hoje. Quase que interrompendo a palestra, levantou-se da assistência uma voz experiente, sinônimo daquilo que, ao menos para alguns, representa um paradigma da conduta libertária. Sem aceitar intimidações, nem tampouco comprometer sua dignidade, o jovem pesquisador apenas escutou as provocações daquele que, enciumado pelo sucesso da palestra, apequenava-se diante de nós. Ao deitar meu olhar sobre os presentes, constatei que assimilávamos um mesmo ensinamento: a ideologia não produz homens e mulheres moralmente superiores.

Desse fragmento de memória, depreende-se a importância de não banalizarmos a expressão “nem deuses, nem mestres”, sob o risco de substituímos a auto-instituição por formas inadvertidas de auto-enganação. “Quem duvida disso não conhece a natureza humana”, asseverou Bakunin ante a sedução exercida pela autoridade.

Sem subestimar nossa natureza humana e a infeliz habilidade de passarmos da virtude para a ignomínia, homens e mulheres anarquistas cooperaram para transformar o gesto de fundar escolas numa consequência do sonho libertário. Percorrer suas “veredas”, reconhecendo semelhantes incertezas e aspirações, incita-nos inevitavelmente ao drama roseano: “O diabo não há! É o que eu digo, se for... Existe é homem humano. Travessia.”

Muito obrigado pela oportunidade e pela leitura.

Um fraterno abraço!

Publicado em 27/11/2022 no Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA)

Link para a tese de doutorado do autor:

<https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/10376>